

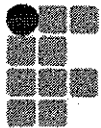


1 ATA Nº 03 DO CONSELHO DE CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
2 TECNOLOGIA DE GOIÁS – CÂMPUS FORMOSA.

3 Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quarenta minutos, reuniu-se na
4 sala de reuniões do gabinete o Diretor-geral, Murilo de Assis Silva; presidindo a reunião e os conselheiros: Daniela
5 Pereira Versieux; Nicislene Xavier da Silva; Fabiano Paiva Vieira; Apoliana Inácio Ferreira; Mário Teixeira Lemes;
6 Viviane Bueno Guimarães; Ruana Domingos Brandão; Carlos Henrique Gonçalves Angeluci; Oberdan Quintino de
7 Ataídes; Mariana Morena ramos; Luely Suzel Lima Oliveira; Frederico Borges Machado; Lidianie Maria de
8 Campos; e Gláucia Mendes da Silva. A reunião tem como pauta: 1. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião
9 anterior; 2. Orçamento 2016: Estratégias para contingenciamento e orçamento participativo e transparente; 3.
10 Apresentação da Comissão Especial do levantamento de potenciais representantes da sociedade civil para compor o
11 CONCÂMPUS; 4. Discussão de propostas de metodologias para escolha dos representantes da Sociedade civil e
12 Órgãos Governamentais; 5. Participação da comunidade do Câmpus na escolha dos representantes da sociedade civil
13 e Órgãos Governamentais; 6. Estudo de criação de duas quadras de vôlei na área entre os prédios administrativos. 1.
14 **Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior:** Por consenso, não foi realizada a leitura da ata, o
15 Conselho deu por aprovado o documento e procedeu com as assinaturas. O Presidente relembrou a data e a pauta da
16 última reunião que teve caráter extraordinária, em razão do prazo para convocação. Explicou que pelo regimento, o
17 Presidente envia a proposta de pauta aos conselheiros e recebe sugestões para composição da pauta, ainda assim, o
18 Presidente abriu para os conselheiros a possibilidade de inclusão de pauta no momento da reunião, entretanto não
19 obteve proposta. A pedido dos conselheiros, fica acordado o envio por email e com antecedência da ata da reunião.
20 **2. Orçamento 2016: Estratégias para contingenciamento e orçamento participativo e transparente:** O
21 Presidente apresenta a previsão de corte de 10% em consumo e 40% em investimento. Cita a necessidade de se
22 estudar formas de contingenciamento no Câmpus. Nisso, a Nicislene inicia sua fala apresentando o orçamento do
23 ano 2015 que teve como previsão de R\$1.753.465,00 em custeio, e R\$761.000,00 para investimento, entretanto com
24 o corte, o Câmpus recebeu R\$1.578.118,50 de custeio e R\$403.330,00 para investimento. Totalizando 47% de corte
25 em investimento e 10% de custeio. Segundo a Gerente Administrativa, em 2015 só em repactuação foi
26 desembolsado R\$100.560,32; destacando que foi necessário o auxílio de R\$80.000,00 da Reitoria para fechar o
27 custeio de 2015. Continuando sua fala, a Gerente diz que para 2016 o Câmpus prevê corte de 10% para custeio e
28 40% de investimento novamente; e ainda avalia que apesar do aumento das despesas, está havendo a redução de
29 orçamento. Diz que os valores para o custeio se mantêm pois é o necessário e essencial para o funcionamento do
30 câmpus, e apresenta que os principais gastos são os contratos continuados, tais como: Os dois contratos da Net
31 Projetos (limpeza, jardinagem, recepção e cooperagem). Disk limpeza (Motoristas); Guarda Vigilância (Vigilantes);
32 Brasilcard (combustíveis e frota); ENGEFAP (manutenção predial), importante, mas onerosa; Staff (locação de
33 ônibus); Cairos (água mineral); Alexandre Ferreira (gás); Celg; Aires Turismo (diárias e passagens); Imprensa
34 Nacional (publicações no D.O.U); Correios (malote, postagem e sedex); Tia Sandra lanches – não temos gasto;
35 Saneago. Sendo os de maior valor: Net projeto: R\$394.200,00; Guarda vigilância: R\$394.200,00; Disk Limpeza:
36 R\$180.000,00; Digimak Impressões: R\$35.000,00; Celg R\$145.000,00 por ano; Monitoria, Estágio e visita técnica:
37 R\$110.000,00 totalizando R\$1.258.400,00. Após o corte o Câmpus terá R\$1.577.729,91, sendo que R\$1.258.400,00
38 será para custeio com contratos. Restando R\$319.329,91 para manutenção e investimento. O Conselheiro Oberdan
39 questiona se não houver demanda com o contrato da Staf, se poderá remanejar os valores. A Conselheira Nicislene
40 explica que investimento possibilita maior flexibilidade para remanejar valores, e explica que os valores não ficam
41 no caixa do Câmpus, destacando que o procedimento para utilizar inicia na solicitação de descentralização do saldo
42 à Reitoria. Menciona que alguns valores que já foram solicitados a descentralização para a aquisição de materiais
43 permanentes demandados pelas coordenações. Foi descentralizado R\$16.140,73 e ainda resta a descentralizar para
44 estas aquisições de material permanente R\$57.021,72 restando de saldo de investimento R\$183.792,54 do
45 orçamento. O objetivo, segundo a Nicislene é deixar R\$83.792,54 para aquisição de livros e R\$100.000,00 ser
46 destinado a estrutura da quadra para complementar a cobertura que a emenda parlamentar custeará. A Nicislene
47 apresenta a LOA (em anexo) sem os cortes, exceto para as visitas técnicas e investimentos que foi pensado em corte
48 para a determinação do valor. Diz que para diárias de capacitação já foi descentralizado próximo ao limite destinado
49 para esta finalidade e apresentou os gastos já empenhados, descentralizados e previstos. A Gerente menciona que
50 anualmente a Conversão Coletiva de Trabalho realiza a atualização para repactuação contratual. Diz que a Empresa
51 ENGEFAP tem alto custo para o IFG, entretanto está no último ano de vigência. A Conselheira Viviane informa que



52 a manutenção da internet em alguns pontos no Câmpus que não chegava sinal e está sendo realizada com o contrato
53 da ENGEFAP. A Nicislene destaca a necessidade de se pensar em economia de custeio de aproximadamente
54 R\$100.000,00. O Presidente do conselho apresenta que em investimento a situação é controlável, pois já foram
55 adquiridos alguns materiais de urgência, citando o exemplo do laboratório de informática que está para uso de todos
56 as áreas; menciona que muitas coisas solicitadas pelas coordenações não foram adquiridas em razão da alta do dólar
57 e a inviabilidade do fornecedor. Para investimento foi discutido na equipe de gestão o uso de R\$83.000,00
58 aproximadamente para aquisição de livros e R\$100.000,00 para complementar a emenda parlamentar que fará a
59 cobertura da quadra. Explica que os próximos passos para a emenda é a publicação do edital de licitação, tendo
60 como perspectiva de início das obras no final do ano. Lembra ainda que a emenda parlamentar são 4 parcelas de 250
61 mil, mas apenas estes 250 mil não cobre a estrutura completa da quadra, consegue apenas levantar a estrutura e
62 cobrir. Não contempla instalação hidráulica e elétrica, com isso, a PROAD solicitou ao Câmpus a reserva de
63 R\$100.000,00 para complementar na quadra. Quanto ao custeio é preciso cortar R\$175.000,00. O Oberdan diz que
64 pelo entendimento ainda pode ter um acréscimo dos 10% nas despesas com repactuações, e sugere que comece o
65 corte nas diárias e passagens para servidores. Diz se preocupar com a questão do valor das repactuações dos
66 contratos. A Daniela esclarece que a repactuação já está prevista nos contratos. O Oberdan sugere não realizar corte
67 para estudantes e manter estágio, monitoria e visitas técnicas. A Daniela diz que do ponto de vista do Departamento
68 de Áreas Acadêmicas, terá redução no mínimo de 10 bolsas do PIBID. Destaca a possibilidade de não se ofertar
69 estágio remunerado no semestre seguinte, pois o estágio é obrigatório, o que já incentiva o aluno que precisa fazer.
70 Diferente da monitoria que precisa de um incentivo financeiro para obter candidato. Sobre as visitas técnicas, a
71 Chefe de Departamento explica que deixou quase 40 mil para visitas, mas foram realizadas poucas, embora
72 houvesse muitas visitas previstas. Entretanto, diz sobre a importância de manter o valor destinado a estas atividades,
73 entretanto, receia de sobrar recurso e por isso sugere tirar das visitas técnicas, manter o corte de estágio remunerado
74 e tirar entre seis e dez mil nas visitas técnicas. Sobre valores para pagamento de palestrantes, é preciso prever as
75 demandas e gastar o que for reservado, sobre os eventos que precisarão de recursos, cita SECITEC que precisará de
76 auxílio com recurso. Questionado sobre o JIF, Oberdan diz que ainda haverá votação para definir se os alunos vão
77 ou não participar, estando suspenso temporariamente. O Conselheiro Fabiano diz concordar com os estágios
78 remunerados, e frisa que a monitoria beneficia o coletivo, diferente do estágio. Menciona que o corte pode ser nos
79 saldos, tais como uso de materiais de consumo para laboratório, e administrativo. Sobre o saldo para outros serviços
80 de terceiros, Nicislene tiraria uns 30 mil. Murilo diz que os terceirizados já estão sofrendo dificuldades, pois está
81 havendo atraso no pagamento, por isso não aconselha mexer no valor dos contratos. O único contrato sobre
82 demanda é o da ENGEFAP. A Conselheira Viviane diz sobre a possibilidade de economia na telefonia, embora seja
83 necessário cortar o serviço para surtir economicidade. O Fabiano sugere cortar outros materiais de consumo e diz
84 que poderia utilizar este recurso para pagamento de algumas bolsas de auxílio estudantil. O Murilo diz que o
85 regulamento prevê que suplente não tem direito a voz e voto, e consulta o conselho sobre dar direito a voz aos
86 suplentes. Por consenso, a conselheira suplente Gláucia questiona quanto de bolsas são ofertadas, e diz que sobrarão
87 recurso de visita técnica, por isso sugere tirar o valor e transferir para o estágio remunerado, uma vez que faz
88 diferença para o aluno ser contemplado com uma bolsa para estágio. Diz que as coisas que beneficiam o aluno não
89 deveriam ser cortadas e sugere remanejar, reduzir, mas não cortar. A discente Luely diz não concordar com o corte
90 no estágio remunerado e questiona sobre as vagas de estágio ofertadas para ensino superior. É esclarecida que
91 depende do professor demandar tanto para estágio, quanto para monitoria, sendo uma bolsa de R\$400,00 para
92 estágio e R\$360,00 para monitoria. A discente diz sobre o estágio remunerado que o IEL oferta, considerando que é
93 totalmente monopolizado, por isso concorda em manter o estágio remunerado no IFG. E ainda sugere diminuir
94 estágio remunerado, mas buscar estágio por convênio. A Chefe de Departamento Daniela explica que a monitoria é
95 para reforço escolar. O Fabiano diz que o estágio interno depende muito do professor ofertar. A Ruana questiona
96 sobre possibilidade de redução no contrato da Celg, e sobre o estágio que depende muito dos professores ofertarem e
97 acompanhar o aluno estagiário, mas percebe que nem sempre é efetivo o acompanhamento do aluno pelo Professor.
98 Sendo assim, é claro que sendo remunerado haverá maior demanda, mas não considera efetivo. Diz que muitas
99 vezes o aluno sai sem aprender efetivamente, destaca que onera por ser remunerado, mas não obtém efetividade. O
100 Fabiano complementa que o estágio é regido pelo edital, mas pela reduzida quantidade de recursos materiais, não é
101 possível explorar as atividades do aluno. Destaca que o estágio consome o material de aula prática, mas infelizmente
102 é preciso estimular a busca fora da instituição, uma vez que o valor destinado para estágio pode ser aproveitado em
103 assistência estudantil, por exemplo. O Conselheiro Oberdan mantém sua proposta de manter o recurso para visita



104 técnica, monitoria, e sugere ofertar 10 bolsas de estágio por 3 meses no valor de R\$400,00 cada. E que o valor
105 economizado seja remanejado para outros auxílios. O Conselheiro Carlos frisa a necessidade de fiscalizar as
106 atividades do estagiário, uma vez que não está tendo efetividade nas atividades. A Daniela diz que a conjuntura
107 ainda é incerta, concorda que é preciso manter o máximo em auxílio estudantil, mas entende a necessidade de
108 realizar corte. Frisa que é preciso economizar com diárias e passagens, mas como o estágio não tem efetividade, não
109 tem o intuito econômico social, diz não concordar em remanejar o valor para auxílio estudantil, pois a verba é
110 acadêmica. Neste sentido, propõe manter 4 vagas para estágio, sendo contemplados os cursos EJA, e sugere 12
111 bolsas de monitoria, e R\$18.000,00 para visitas técnicas. Frederico agradece ao convite e o direito de voz e cita a
112 precariedade da biblioteca, e o receio da próxima necessidade de corte. A Viviane diz que o estágio só é efetivo se
113 houver atividade diária e se um servidor estiver orientando diariamente, principalmente do EJA, se não tiver alguém
114 para acompanhar e explicar o estágio não será efetivo. Nicislene esclarece que a Instituição teve a época de “vacas
115 gordas”, e hoje está na época de “vacas magras”. Diz que este é um corte imposto e é preciso seguir. A Nicislene
116 propõe retirar de diárias e passagens no país, para visitas técnicas tirar um pouco; outros materiais de consumo
117 tentar tirar 20 mil; outras pessoas jurídicas; ENGEFAP reduzir R\$40.000,00; manutenção e conservação de
118 equipamentos de dados. Totalizando uma redução de R\$172.000,00. O Fabiano diz que o estágio externo é a mesma
119 situação do interno, tem vários locais de estágio que o aluno não faz nada. Diz que estágio vai muito do aluno e do
120 seu perfil. O Fabiano diz que é a favor de que o corte não atinja os alunos, e que tudo que sobrar se reverta a bolsa
121 permanência. O presidente Murilo menciona que o PROCAP já extrapolou o limite, e que a proposta da Nicislene
122 contempla a proposta do Oberdan e a do Fabiano. O Frederico sugere reservar R\$120.000,00 que atenderia a
123 bibliografia básica para a biblioteca. A Daniela propõe encaminhar que sejam amadurecidas as propostas e na
124 próxima reunião sejam rediscutidas. A Ruana diz que mais do que efetividade, é preciso avaliar os insumos, a
125 periculosidade, e sugere antes de levantar quem quer ofertar vaga de estágio, que se apresentem as problemáticas. A
126 Gláucia esclarece que na discussão sobre como funciona o estágio é preciso avaliar como está sendo acompanhado e
127 realizado o estágio, muito além do orçamento. Destaca que a verdadeira funcionalidade e efetividade do estágio é
128 que deve ser reavaliada. O Presidente do Conselho sugere a criação de uma comissão especial para consultar a
129 comunidade sobre o corte orçamentário, enquanto o docente Carlos sugere levar a discussão do estágio para o
130 colegiado, uma vez que quem garante a eficiência e efetividade do estágio são os professores. Não houve
131 descondenso a constituição da comissão especial sobre o corte orçamentário. A comissão foi constituída por Murilo,
132 Nicislene, Oberdan, e Fabiano. A comissão especial fará a avaliação das propostas da comunidade e apresentará ao
133 conselho na próxima reunião. O Oberdan fará levantamento do estágio e a Daniela fará a consulta no colegiado,
134 embora não garantirá que haverá oferta. O Murilo questiona se o conselho aprovará ou consultará a comunidade
135 sobre a determinação do corte orçamentário. A Nicislene diz que o concâmpus garante a participação da
136 comunidade com sua representatividade. O Fabiano sugere realizar o meio eletrônico para divulgar a proposta,
137 entretanto, o Murilo apresenta sua intenção de utilizar o sistema para votação e divulgação. O Frederico diz que nas
138 eleições houve a participação da comunidade, e que a comunidade tem expectativa de participar do processo de
139 elaboração do orçamento. A Nicislene diz achar interessante publicitar mas não realizar consulta a comunidade. A
140 Ruana diz compreender a preocupação do Frederico, mas sabe da dificuldade, por isso não concorda em realizar
141 consulta. O Murilo propõe que a comissão especial elabore a proposta de contingenciamento, apresente a
142 comunidade, finalize a proposta de corte orçamentário, considerando as contribuições da comunidade, e
143 posteriormente o conselho avalia e aprova. Entretanto a Nicislene propõe que seja apresentada a proposta de
144 orçamento à comunidade, mas não realize consulta. Em regime de votação: obteve-se 01 voto para não haver
145 consulta a comunidade; 06 votos para realizar consulta à comunidade, e 01 abstenção. **3. Apresentação da**
146 **Comissão Especial do levantamento de potenciais representantes da sociedade civil para compor o**
147 **CONCÂMPUS:** O Fabiano afirma que fez o levantamento em relação à possíveis representações da sociedade civil,
148 e destaca que o regulamento cita que seja garantido preferencialmente membro da área de educação. Cita que não
149 incluiu os conselhos profissionais, tão pouco outras formas de organização como movimentos sociais. Questiona se
150 organizações como a Maçonaria, Movimentos Sociais poderão ser representantes, uma vez que haverá
151 questionamentos sobre esta possibilidade, o Gerente considera que o Conselho deve determinar minimamente os
152 critérios para escolha da representação da sociedade civil. Sugere que as vagas sejam específicas para entidades
153 voltadas à Educação, e que seja critério ter endereço, telefone, CNPJ, para que seja garantida minimamente a
154 comunicação com estes membros. O Fabiano diz que foi feito um levantamento mínimo das possíveis instituições,
155 mas não foi realizado consulta à Comunidade, e se preocupa com a participação da comunidade interna na escolha



156 dos representantes no Concâmpus; citando o exemplo a possibilidade do CREA ser indicado para representar a
157 sociedade civil, uma vez que é um órgão corporativista. Diz que não houve contato com as Entidades elencadas na
158 listagem (em anexo). A Ruana menciona que existe uma razão para ter estes membros dentro do Conselho. E
159 Oberdan destaca que deve ser um representante preferencialmente da área educativa, mas da sociedade civil, para
160 garantir a representação da área. Lembra que Órgãos governamentais precisam ser convidados para a representação
161 do conselho municipal de educação ou secretaria, e ainda menciona não considerar viável a UEG como parceiro
162 governamental, por isso concorda em se estabelecer critérios para a escolha destes membros. A Daniela diz que o
163 representante dos órgãos governamentais deve ser ligado a educação, e destaca que representante da Secretaria
164 Municipal de Educação seria interessante devido à parceria que já existe. A Chefe de Departamento considera que o
165 Conselho deve escolher a entidade que representará, acredita ainda que todo olhar é de um determinado ponto de
166 vista, e por isso nunca será imparcial, toda e qualquer instituição que estiver representando alguém estará olhando
167 por um olhar da sua profissão, da entidade representada, da área de atuação, não existindo neutralidade. Frisa que
168 Instituições da Sociedade Civil precisam estar ligadas à Educação, citando como exemplo: O Sindicato dos
169 Servidores Públicos da Prefeitura (SIMPREFOR), o SINTEGO, Fundação Museu Couros, Instituto Cultural
170 Caminhando e Cantando, e APAE, diz ainda que o CREA deveria estar. Entretanto, garantir uma associação sindical
171 de trabalhadores seria bom. Para esclarecimento, fica entendido que os suplentes podem ser de instituições
172 diferentes da instituição do titular. O Oberdan considera necessário realizar a consulta de interesse das instituições
173 em contribuir com a instituição. O Fabiano sugere que o Conselho vote se as duas vagas serão para área da
174 educação. O Murilo diz que para os órgãos governamentais a proposta é que seja da Secretaria Municipal de
175 educação. A Daniela diz que a vaga de titular e suplente devem ser da mesma instituição, entretanto Murilo diz que
176 não está claro no regimento, por isso o entendimento do conselho precisa ser definido. Em regime de votação, a
177 proposta da Daniela de que o conselho fará a indicação da Instituição representante obteve 05 votos. Enquanto a
178 proposta do Fabiano de levar para os pares fazer a indicação obteve-se 01 voto. E um voto de abstenção. Assim, fica
179 definido que o Conselho fará a escolha da entidade representante. A Daniela propõe levar uma lista de possíveis
180 instituições representativas para a Comunidade. A Ruana diz sobre a possível segregação, sugere fazer uma
181 comissão para consultar as instituições sobre a intensão em participar do conselho. Para a representação dos órgãos
182 governamentais, por consenso, o Conselho determina que a Secretaria Municipal de Educação seja o órgão
183 governamental que indicará seu representante para titular e suplente. Já para os representantes da Sociedade Civil o
184 Conselho determina que um seja da educação e outro de arranjos produtivos, culturais, entidades organizadas. Será
185 encaminhado à Comunidade um formulário para indicações e justificativas de Entidades para representar a
186 sociedade civil no Concâmpus, na próxima reunião a Comissão Especial apresentará as indicações ao Conselho que
187 aprovará. Não tendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, Eu, Josilaine Costa Barros Crizóstimo,
188 Secretária do Conselho de Câmpus lavrei a presente ata.

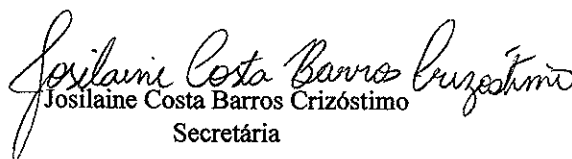
189

190

191

Murilo de Assis Silva
Presidente

192


Josilaine Costa Barros Crizóstimo
Secretária

193

194

Daniela Pereira Versieux
Chefe de Departamento

195

Nicislene Xavier da Silva
Gerente Administrativa

196

197

198

Fabiano Paiva Vieira
Gerente de Pesquisa, Extensão e Pós Graduação

199

Apoliana Inácio Ferreira
Coordenadora de Apoio ao Ensino



200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228

Mário Teixeira Lemes
Representante Coordenador de Curso

Oberdan Quintino de Ataídes
Representante Docente

Gláucia Mendes da Silva
Representante Suplente Docente


Viviane Bueno Guimarães
Representante Técnico Administrativo

Ruana Domingos Brandão
Representante Técnico Administrativo

Frederico Borges Machado
Representante Suplente Técnico Administrativo

Mariana Morena Ramos
Representante Discente

Luely Suzel Lima Oliveira
Representante Discente